

O JULGAMENTO DE ZÉ BEBELO: UMA REPRESENTAÇÃO CLÁSSICA NO SERTÃO

Marcelo José da Silva (UEL)¹

RESUMO: *Aventamos neste artigo a possibilidade de leitura da obra Grande Sertão: veredas, de Guimarães Rosa, sob o viés da teoria do trágico apresentada por Frye, Szondi, Schelling e Lesky, entre outros. Pela necessidade de delimitação do objeto, nosso trabalho ficará restrito à análise da passagem do julgamento de Zé Bebelo, em que esses elementos trazidos da tragédia clássica, de modo singular, aqueles presentes na Eumênides, de Ésquilo, encontram-se fortemente marcados.*

PALAVRAS-CHAVE: *Grande Sertão: veredas, Eumênides, trágico,*

Aventurar-se pelas veredas do grande sertão representado por Guimarães Rosa pode levar o leitor da apatia ao êxtase. Romper as centenas de páginas que compõem o romance é como tomar parte na travessia empreendida por seus personagens. Cada episódio nos é apresentado como um mosaico, possibilitando múltiplas visões e numerosas interpretações.

Para alguns, muito já foi dito sobre Guimarães Rosa e seu *Grande Sertão: veredas*; para outros, muito ainda há que se dizer. Essa característica da obra é uma das especificidades da literatura, a cada leitura, novas descobertas. Ler a obra pela segunda vez jamais será como lê-la pela primeira. O que antes nos parecia simples revela-se em sua rosiana complexidade.

Nesse sentido, estamos remetendo a um dos episódios mais emblemáticos do romance rosiano, o julgamento de Zé Bebelo, após sua captura pelo bando de Joca Ramiro. Considerado por Luiz Roncari como um dos “esteios da arquitetura do Grande Sertão” ao lado do episódio na Fazenda dos Tucanos, a montagem do tribunal para o julgamento representa, de acordo com Antonio Arruda, o “ponto de tensão” que impulsiona a fábula do romance:

Não houvesse o julgamento, não tivesse Joca Ramiro concedido a liberação de Bebelo para Goiás; não tivesse, por isso, Hermógenes ficado “verde de inveja” (nas palavras mesmas de Riobaldo) e, logo após o julgamento, matado Joca Ramiro, por vingança, não haveria, pois, também, motivo que impulsionasse o herói do romance (Riobaldo) nem a tornar-se líder jagunço, nem a comandar a derradeira guerra, justamente contra o Hermógenes”. (ARRUDA, 2006, s/n.)

Após o julgamento, os acontecimentos vão se sucedendo como em uma brincadeira com dominós, onde ao se derrubar a primeira pedra, as outras vão sendo derrubadas em seqüência, não dependendo mais da vontade, ou do querer do jogador.

¹ Universidade Estadual de Londrina. marcelojosilva@ig.com.br

Nesse ponto de tensão entre a civilidade e a barbárie, representado pelo tribunal montado no sertão a partir do qual os acontecimentos e motivações vão sendo desencadeados, podemos verificar os primeiros passos em direção à tragédia. É aí que percebemos a manifestação do trágico, instantes em que podemos detectar paralelos com a tragédia clássica, embora por vezes esses ecos estejam disfarçados.

Ao analisar o episódio do julgamento em *O Brasil de Rosa*, Luiz Roncari aventa a possibilidade de interpretá-lo à luz do drama clássico. Aponta no evento “as prescrições clássicas aristotélicas de unidade de lugar, o tribunal armado diante da casa-grande, de tempo, o da sessão do julgamento e de ação, o ritual e o processo do julgamento” (RONCARI, 2004, p. 296). Entretanto, sua análise afasta-se de qualquer vinculação com o trágico.

Salientamos que, a despeito de existir uma vasta bibliografia a respeito da teoria do trágico, as interpretações são variadas e confusas; mesmo Aristóteles, considerado um dos precursores dessa teoria, silencia, não esclarecendo de modo satisfatório a essência do fenômeno, embora nos deixe conhecer suas partes e estrutura. O crítico Northrop Frye destaca a tragédia de duas formas, em uma delas, defende a teoria de que “toda tragédia exhibe onipotência de um destino exterior” (FRYE, 1908, p. 205), o que representa a supremacia de um poder impessoal relacionado à limitação do esforço humano. Na tragédia, somente depois do desencadeamento do processo trágico é que o destino torna-se exterior ao herói.

Em *Grande Sertão: veredas*, até o momento em que Zé Bebelo é capturado, a narrativa se concentra na apresentação dos personagens, na fala de Riobaldo ao seu interlocutor, na descrição da paisagem e dos acontecimentos secundários vividos ou presenciados. Nada tem a grandeza da ação dos acontecimentos pós-julgamento. Essa visão levou Roncari a comparar o mesmo trecho do romance ao vértice esquerdo de uma figura trapezoidal, afirmando que “os episódios se encadeiam dispersivamente num desenvolvimento lento e truncado através dos divertimentos das histórias paralelas, das fugas da ação principal e dos circunlóquios retardadores” (RONCARI, 2004, p. 263). O destino, que está sempre a rondar os personagens, ainda não age como fator predominante para suas decisões, não é ainda o destino fatídico, impossível de ser evitado.

As opções propostas por Zé Bebelo: “Assaca! Ou me matam logo aqui, ou então eu exijo julgamento correto legal!...” (ROSA, 2001, p. 270) fogem ao destino característico do trágico. A ação matar, ou julgar tem menos de divino (destino) do que de humano. Entretanto, é essa ação, o cumprimento da vontade humana, o *pharmakós* (DERRIDA, 1997, p. 14) que expulsará para fora do sertão aquele que dele nunca quis sair, que consideramos o processo desencadeador da exteriorização do destino e de sua ironia. A ironia trágica do destino, segundo Vernant, pode “consistir em mostrar como, no decurso do drama, o herói cai na armadilha da própria palavra” (VERNANT & VIDAL-NAQUET, 2005, p. 20).

Se a instituição do julgamento no meio do sertão nos permite uma vinculação com o trágico, é na instauração do tribunal que percebemos uma aproximação maior, incluindo elementos trazidos de Ésquilo, especialmente a presença de um coro, da expiação e da salvação. Contrariando a ordem, se é que podemos falar em ordem quando discutimos a ação de um tribunal para julgar um jagunço por seus crimes cometidos na e contra a jagunçagem, o pedido parte do próprio réu, numa clara demonstração de desmedida, de estar tomado pela *hybris*.

A desmesura de Zé Bebelo pode ser detectada ainda no modo como ele se dirige a Joca Ramiro: “Dê respeito, chefe. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, mas eu sou igual. Dê respeito” (ROSA, 2001, p. 271), não condiz com a figura apresentada “a pé, rasgado e sujo” (ROSA, 2001, p. 270). Entretanto, essa ousadia é própria daquele que passou da medida, que não se dobra. No trágico, esse orgulho e atitudes desmesurados são punidos, e o castigo, inevitável. Para Zé Bebelo, “aquele que queria saber de tudo, dispor de tudo, poder tudo, tudo alterar” (ROSA, 2001, p. 92), o caçador de jagunços, representante do governo, estar naquela posição, solitário, condição de quem perdeu a batalha, não deveria ser algo aceitável. No entanto, seu comportamento não demonstra abatimento, pelo contrário, apesar da queda, ele cai com dignidade. Como Édipo ao deixar Tebas; sua solidão se assemelha à solidão do herói trágico. Ele não está alheio a sua sorte: “perdi – conheço que perdi” (ROSA, 2001, p. 276).

Como figura principal do processo trágico, o julgamento, temos então Zé Bebelo como o sujeito do ato trágico, já que segundo Lesky “o sujeito do ato trágico, o que está enredado num conflito indissolúvel, deve ter alçado à sua consciência tudo isso e sofrer tudo conscientemente” (1976, p. 34).

A ação dramática (leia-se aqui dramática como teatral, já que toda a sessão do julgamento se reveste de características teatrais), desenrola-se em frente a casa enorme da Fazenda Sempre-Verde, “aquela a do doutor Mirabô de Melo” (ROSA, 2001, p. 272). A que se deve a escolha desse local? “Mas, por que causa iam dar com aquele homem tamanha passeata?” (ROSA, 2001, p. 272). Como sabemos, as tragédias gregas se passam sempre em frente a dois possíveis cenários, o templo ou o palácio, podendo se dar dentro ou fora dos mesmos. O local escolhido, por si só, denota o caráter da peça encenada. Se a ação se passa no templo, a peça possui conotação religiosa; se por outro lado, o desenrolar da ação apresenta ao fundo o palácio, está o cidadão diante de uma peça política.

A casa enorme, diante da qual ocorre o julgamento, muito nos lembra a casa-grande, sede de fazendas importantes, local representativo do poder no período colonial. Tempo que remonta ao coronelismo, época em que o ‘senhor’ da casa-grande tinha poder absoluto e reinava com soberania. Podemos pensar a “casa enorme” da fazenda como um amuleto representativo de poder e de tradição. O estar em frente à casa basta, como se o poder que dela emana legitimasse a decisão ali tomada. “Não carece de se abrir... Não carece de se abrir...” (ROSA, 2001, p. 274). Dessa forma, como temos no julgamento o confronto entre civilização e barbárie, o local escolhido para o julgamento passa a significar o encontro entre o tradicional e o novo, num prenúncio de que o acontecimento iminente dividirá o sertão. A partir do julgamento, o sertão, como ocorre com o próprio romance, irá se transformar.

O lugar escolhido por Joca Ramiro para o julgamento era, portanto, um lugar de respeito, onde, mesmo ausente a autoridade ou o espírito do amigo e aliado estava presente. Porém, acima ainda do senhor particular, estava o simbólico geral, o totem, o esteio e a encarnação de uma ordem que deveria saber receber aquele novo rito: a casa-grande. (RONCARI, 2004, p. 299)

Escolher a sede da fazenda do doutor Mirabô de Melo confirma, portanto, que ao invés do conflito marcado pelas lutas sagradas que eram representadas no drama clássico, temos um conflito político. Mais do que julgar sobre a pessoa de Zé Bebelo e

seus atos, discutem-se questões que na verdade fazem referência ao “próprio sistema jagunço” e sua estrutura política, social e econômica.

O evento não segue fielmente à trilogia esquiliana, mas muito se assemelha ao julgamento encontrado na *Eumênides*. No episódio do julgamento, em *Grande sertão: veredas*, Hermógenes e Ricardão são os únicos que imputam culpabilidade ao réu e votam a favor da morte de Zé Bebelo. Apesar de não apontar nele crime algum, a sentença de Hermógenes inclui certos requintes de crueldade: “acusação, que a gente acha, é que se devia de amarrar este cujo, feito porco. O sangrante... Ou então botar atravessado no chão, a gente passava a cavalo por riba dele – a ver se vida sobrava, para não sobrar” (ROSA, 2001, p. 279). Do mesmo modo, Ricardão, sublinhando prejuízos materiais e humanos que sofreram nas fugas ou perseguições a Zé Bebelo, requer o direito de vingança: “agora, que vencemos, chegou a hora dessa vingança de desforra” (ROSA, 2001, p. 284). Os dois chefes de bando, à maneira das Erínias no julgamento de Orestes, exigem a condenação. Embora Zé Bebelo não tenha cometido matricídio como o herói de Ésquilo, Ricardão o acusa de ter matado muitos jagunços e ferido outros tantos, o que justificaria sua pena de morte.

Na sessão do julgamento, o réu, Zé Bebelo, ainda demonstra a força de sua *hybris*. É como se ele não reconhecesse a autoridade de Joca Ramiro e dos demais chefes jagunços presentes. Quando trazem um “mocho”, “o assento de couro”, é Zé Bebelo quem senta ligeiramente. “Zé Bebelo sentado simples e Joca Ramiro em pé, Ricardão em pé, Sô Candelário em pé, o Hermógenes, João Goanhá, Titão Passos, todos! Aquilo, sim, que sendo um atrevimento” (ROSA, 2001, p. 274). Zé Bebelo dá mais uma demonstração de sua desmesura, irritando ainda mais seus oponentes. A esse respeito Szondi, comentando Hebel, assevera que ultrapassando sua medida, o herói trágico “causa a resistência de um outro” (SZONDI, 2004, p. 63). É o conflito do homem com o homem, do mesmo modo que no trágico temos a oposição de um deus a outro. Estamos diante do *agon*, a manifestação agonística na encenação do julgamento. “Arte em esturdice, nunca vista. O que vendo, os outros se franziram. Acho que iam matar, não podiam ser assim desfeiteados. Não iam aturar aquela zombaria” (ROSA, 2001, p. 275). Esse caráter desregrado de Zé Bebelo é o que parece conduzi-lo à ruína.

Riobaldo se surpreende diante da atitude de Bebelo, a jagunçama também reage. A manifestação dos jagunços, que é descrita pelo narrador, ocorre durante todo o tempo da ação do julgamento. O “povaréu”, formado pelos jagunços, desempenha um papel importante na representação. Suas reações preenchem os silêncios. Através delas o leitor é levado a dimensionar a ação que se passa no centro do círculo, transformando a narração em visualização. A jagunçama comporta-se como uma representação do coro na tragédia antiga. Por motivos óbvios, o coro aqui presente se distancia da composição do coro no drama clássico. Ao invés de anciãos e mulheres exaltadas com seus comentários e lamentação, temos a presença dos jagunços que, no papel do coro, tecerão comentários sobre os acontecimentos, questionarão as ações das personagens e expressarão sua perplexidade perante certos eventos.

— “Com vossas licenças, chefe, cedo minha rasa opinião. Que é – se vossas ordens forem de soltar esse Zé Bebelo, isso produz bem... (...)” (ROSA, 2001, p. 288)

— “Tomém pego licença, sôs chefes. Em que pior não veja, destorcendo meu desatino. Ê-que, é que ... (...) Com vosso perdão” (ROSA, 2001, p. 289).

— “Dê licença, grande chefe nosso, Joca Ramiro, que licença eu peço!
O que tenho é uma verdade forte para dizer, que calado não posso
ficar...” (ROSA, 2001, p. 289)

Enquanto os personagens da ação principal falam entre si, como se estivessem sozinhos, os jagunços permanecem como que uma muralha que separa o acontecimento do mundo exterior, o real do imaginário. A presença deles tem maior significado para o leitor do que para o próprio conflito central. Suas demonstrações de aprovação ou desaprovação não interferem no julgamento. Entretanto, há um momento em que a interferência do coro se faz necessária, e nesse momento, de acordo com Schiller “ele [o coro] aconselha em favor da paz, tenta amenizar, lamenta a injustiça e apóia o oprimido” (SCHELLING, 2004, p. 201). Essa é a atitude de Riobaldo, quer na posição de integrante do coro, ou como representante dele, o corifeu, sua ação o apresenta como se fosse um dos atores principais do drama ao mesmo tempo em que ata as tramas da intriga, buscando um fim harmonioso.

A longa defesa de Riobaldo em favor de Zé Bebelo, realçando suas qualidades: “Zé Bebelo é homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá” (ROSA, 2001, p. 290), e a avaliação que ele faz do julgamento: “se condenar de matar Zé Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? Um fato assim é honra? Ou é vergonha?” (ROSA, 2001, p. 290) são fatores preponderantes para a sentença final. A fala de Riobaldo alça Bebelo à condição de herói e logo em seguida retrata seu declínio. Essa intervenção, somada à atitude inflexível de Bebelo, faz recair a simpatia sobre ele, isolado diante da corte judicial. A imagem do réu, solitário, diante da poderosa organização ali representada pelos chefes jagunços atrai a solidariedade dos presentes. Riobaldo assemelha-se a Apolo em sua defesa. Se esse procura eximir Orestes de culpa, por reconhecer que o matricídio praticado lhe fora induzido pelos deuses, aquele compartilha a visão de Sô Candelário, Titão Passos e João Goanhá de que Zé Bebelo não havia cometido crime algum, agira de acordo com as “leis” próprias do sertão, da jagunçagem.

O desfecho para o qual se caminha o julgamento, as considerações dos chefes jagunços somados à defesa de Riobaldo, vão proporcionar a Bebelo o momento de reconhecimento, como se Bebelo ficasse curado da cegueira e percebesse através do julgamento que o sistema jagunço, alvo de sua perseguição, se apresentava como tão ou mais civilizado que a civilidade em nome da qual ele perseguia os bandos pelo sertão. No romance, é o momento em que a partir de então as ações do personagem serão alteradas em sentido contrário, a peripécia do drama. O caçador de jagunços, que pretendia limpar o sertão, passará por uma alteração significativa em seu destino, após a expiação a que é condenado, ele integrará o sistema jagunço.

Apesar das diferenças, outro elemento no julgamento que nos permite uma aproximação com a *Eumênides* é o papel desempenhado por Joca Ramiro. O narrador, ao descrever a chegada de Joca Ramiro como “real, em seu alto cavalo branco” (ROSA, 2001, p. 270), e tendo sido reconhecido pelo seu oponente como “o grande cavaleiro”, pretende nos oferecer a medida exata da importância do personagem no romance. Por diversas vezes seu agir é destacado como algo que o diferencia dos demais, como se pertencesse à nobreza, à realeza. Sua figura parece transcender o humano, aproximando-se do divino. Não podendo afirmar ser ele a figuração de um deus, mesmo transformando seu chapéu em uma coroa, como a dos deuses antigos, não nos parece improvável classificá-lo como um semideus, dada a sua capacidade de transitar entre os

deuses (doutor Mirabô de Melo, seu Sul de Oliveira, coronel Caetano Cordeiro e outras figuras importantes do sertão) e os mortais (personagens de menor importância, incluindo aí os jagunços). Em outras palavras, entre o divino e o profano. Essa característica peculiar é que nos permite efetuar o vínculo entre Joca Ramiro e Atena. A eles é que apresentam o culpado em busca de justiça, “Joca Ramiro quer esse homem vivo” (ROSA, 2001, p. 268) diz Riobaldo em *Grande Sertão: veredas*; na *Eumênides* é Apolo quem encaminha Orestes à Atena, “quando perceberes que afinal chegaste à nobre cidade de Palas, ajoelha-te e abraça a imagem antiqüíssima da deusa” (ÉSQUILO, 1991, p. 146). Ambos serão responsáveis pela sentença final no julgamento, cabe a eles decidir sobre a sorte do acusado, “o julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte.” (ROSA, 2001, p. 298); “Serei a última a pronunciar o voto e o somarei aos favoráveis a Orestes” (ÉSQUILO, 1991, p. 176). A ação ocorre de modo semelhante, como num verdadeiro tribunal, apresentam-se diante dos juízes, o acusado, os advogados de defesa e acusação e o júri. Após ouvir as partes envolvidas, cabe aos ‘deuses’ o veredicto, e são eles que decidem pela absolvição do acusado. Atena declara a inocência de Orestes, ao passo que Joca Ramiro livra Zé Bebelo da sentença de morte requerida pela acusação, imputando-lhe a pena do degredo. A partir daquele momento ele deve retirar-se do sertão.

Expulsar Zé Bebelo do sertão representa para seus oponentes a vitória, para ele a escapatória da morte. Sua salvação, entretanto, representa seu próprio aniquilamento. Deixar o sertão não é sua vontade, não é um querer, mas sim um dever. Ainda que de maneira digna, como ocorre com os heróis gregos, Zé Bebelo está na verdade sendo eliminado do sistema jagunço. “... Então, honrado vou. Mas, agora, com sua licença a pergunta faço: pelo quanto tempo eu tenho de estipular, sem voltar neste Estado, nem na Bahia? Por uns dois, três anos?” (ROSA, 2001, p. 297)

Considerando certas diferenças como o fato de que as Erínias, perseguidoras implacáveis, terão sua natureza transformada e passarão a ser chamadas de Eumênides, entidades benévolas, o que não ocorre com Ricardão e Hermógenes que irão matar Joca Ramiro no decorrer da fábula, os elementos comuns que se inserem nas obras nos permitem criar uma intersecção entre elas. Tais elementos nos apontam para o caráter político das mesmas, para a disputa de poder, para um acontecimento transitório onde a cultura antiga, o modo antigo de pensar, a natureza selvagem, entram em conflito com o civilizado e o novo. Uma mudança de mentalidade; uma espécie de oposição entre trevas e luz, ficando nas trevas as leis antigas, e as novas posturas representando a luz de fim de túnel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Antonio. *A vereda do julgamento de Zé Bebelo como representação do todo em grande sertão: veredas*. Disponível em www.officinadopensamento.com.br acesso on-line em 15/11/2006.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

ÉSQUILO, Eumênides. In. _____. *Oréstia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991, p. 141-191.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1980.

LESKY, Albin. Do problema do trágico. In. _____. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 21-55.

RONCARI, Luiz. O tribunal do sertão. In. _____. *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 259-339.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHELLING, Friedrich. Sobre o coro. In. _____. *A noiva de Messina*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 199-202.

SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VERNANT, Jean-Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2005.